PROJETO DE LEI Nº , DE 2016

(Do Sr. CARLOS BEZERRA)

Modifica o art. 10-A da Lei nº 10.522,
de 19 e julho de 2002.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 10-A da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, passa a vigorar com a seguinte modificação:

“Art. 10-A. O empresário ou a sociedade empresária que pleitear ou tiver deferido o processamento da recuperação judicial, nos termos dos arts. 51, 52 e 70 da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, poderão parcelar seus débitos com a Fazenda Nacional, em até 180 (cento e oitenta) parcelas mensais e consecutivas.

I – (Revogado);

II – (Revogado);

III – (Revogado);

IV – (Revogado);

.....”

Art. 2º Ficam revogados os incisos I a IV do art. 10-A da Lei nº 10.522, de 2002.

Art. 3º Esta lei entra em vigor trinta dias após a sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Com o presente projeto, buscamos suprir a necessidade das empresas em recuperação judicial de quitar seus débitos com a Fazenda Nacional.

Ora, atualmente o parcelamento oferecido a tais empresas é de meras 84 parcelas mensais, o que é completamente incompatível com a realidade econômica de uma situação de crise.

O jurista Antônio Amendola, na coluna Opinião Jurídica, publicado no Valor Econômico, no dia 17 de dezembro de 2014, intitulada “parcelamento ineficaz para recuperandas”, assim se manifestou sobre o tema um mês após a sanção da Lei Nº 13.043, de 1º de novembro de 2014:

“Nos termos da Lei nº 13.043, de 2014, empresas em recuperação judicial poderão parcelar as dívidas fiscais federais em 84 (oitenta e quatro) meses, ou seja, sete anos. O valor das parcelas é aumentado ao longo do tempo de forma escalonada, sendo que o das 12 primeiras corresponde a 0,666% da dívida consolidada, o das 12 seguintes a 1% do débito, o das parcelas 25 a 83 a 1,333%, e o montante da última prestação corresponde ao saldo devedor remanescente. Não há qualquer desconto aplicável a juros, multa, verbas de sucumbência, ou utilização de taxa de juros mais branda do que a Selic.

Apesar de o novo programa de parcelamento parecer ser uma boa novidade, especialmente diante do parcelamento ordinário de 60 meses, é pouco provável que, na prática, ele atenda às necessidades das empresas em recuperação judicial.

O que se esperava era a instituição de um programa que permitisse a concessão de prazos mais alongados

Empresas em recuperação judicial – tais quais muitas dos setores sucroalcooleiro e têxtil, dentre muitos outros segmentos –

são sociedades que se encontram sujeitas a alto stress econômico-financeiro. A situação é tão grave que credores aprovam – ou são obrigados a aprovar – planos de recuperação concedendo descontos relevantes em seus créditos, abrindo mão de parcela significativa não só de acréscimos financeiros, mas também do próprio principal da dívida, recebendo o saldo remanescente em prazos longos, em muitos casos superiores a quinze anos (180 meses), com taxas de juros inferiores às de mercado.

Nesse cenário, o parcelamento específico introduzido pela Lei n. 13.043, de 2014, provavelmente frustrará muitas empresas em recuperação judicial no futuro. O que se esperava, não se pode deixar de dizer, era a instituição de um programa que permitisse a concessão de prazos mais alongados, possibilidade de quitar a dívida fiscal em parcelas calculadas com base em percentual do faturamento, taxas de juros menores, faculdade de utilização plena de prejuízos fiscais para quitar tributos e penalidades, oportunidade para parcelar inclusive tributos devidos no período corrente em prazos mais alongados, descontos aplicáveis a juros, multas etc.

A introdução do parcelamento novel pela Lei nº 13.043 sem tais mecanismos – ou pelo menos parte deles – cria uma situação inusitada, pois, ainda que os credores trabalhistas, civis e comerciais negociem e se sacrifiquem aprovando plano de empresas recuperáveis com concessões creditícias relevantes (que, não raro, envolvem altos descontos do principal), a dívida fiscal federal poderá ser parcelada pelas recuperandas apenas e tão somente nos termos engessados da referida lei, podendo comprometer seriamente o fluxo de caixa dessas ou até mesmo inviabilizar a recuperação, exatamente aquilo que a lei de falências e recuperações judiciais busca evitar.”

Assim, entendemos que o prazo de 180 meses é mais coerente com o período necessário à recuperação da empresa, impedindo que o Estado seja agente desestabilizador da economia e inviabilizador do emprego.

Confiante nessas razões, espero a aprovação pelos eminentes Pares.

Sala das Sessões, em de de 2016.

Deputado CARLOS BEZERRA